

INTERESSADOS: Gilberto Mendes, Paulo Silva de Aquino, Antonio Donizete
Ferreira de Almeida, e Geraldo Paraná Sanchez.

ASSUNTO: Pedido de equivalência de estudos realizados em Curso de Apren-
dizagem ministrados na Escola SENAI "Nami Jafest", de Mogi das Cruzes.

RELATOR: Cons. João Baptista Salles da Silva.

PARECER Nº 032/75, CPG, Aprovado em 27/ 11/74. Com. ao Pleno
em 15/01/75 (Procs. CEE nºs)

I - RELATÓRIO

1. Histórico:

1.1- Gilberto Mendes (Processo CEE nº 2510/74), Paulo Silva de Aquino (Processo CEE nº 2738/74), Antonio Donizete Ferreira de Almeida (Processo CEE nº 2779/74), e Gerardo Paraná Sanchez (Processo CEE nº 2972/74), com identificação (filiação, data, e local de nascimento) e residência indicados nos respectivos processos, tendo concluído o Curso da Aprendizagem Industrial na Escola SENAI "Nami Jafet", de Mogi das Cruzes, solicitam pronunciamento desses Conselho quanto ao nível em que poderá ser reconhecida equivalência desses estudos visando a prosseguí-los no ensino regular de 1º grau.

1.2. - Os requerentes concluíram Curso Primário com a duração mínima de 4 (quatro) séries nos estabelecimentos de ensino que mencionaram e seus requerimentos.

1.3- Fizeram, em continuação, o curso de Aprendizagem com a duração de 3 (três) na Escola SENAI "Nami Jafet", de Mogi das Cruzes onde estudaram: Língua Portuguesa, Matemática, Desenho, Ciências Físicas e Biológicas, Estudos Sociais (incluindo Geografia do Brasil História do Brasil), Educação Moral e Cívica, (incluindo Organização Social e Política do Brasil), Ed. Física e Prática Profissional.

1.4- Receberam Certificado de Aprendizagem referente às especialidades que estudaram.

1.5- A documentação escolar está em ordem e atende às exigências da Resolução CEE nº 19/65.

PROCESSO CEE-Nº 2510/74, 2738/74, 2779/74, 2972/74 PARECER CEE-Nº 032 / 75

2. FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 O Decreto-Lei Federal nº 937/69, alterando a redação do artigo 51 da Lei Federal ns 4024/61, permitiu aos concluintes dos cursos de aprendizagem o prosseguimento de estudos no ensino regular. Em seu Parágrafo Único, artigo 1º, assim dispõe o citado diploma legal: "Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos que hajam atingido no curso referido".

2.2 A Lei Federal nº 5692/71, pelo Parágrafo Único do artigo 27, mantém a mesma possibilidade: "Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos, quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tomem equivalentes no ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas".

2.3 A Deliberação CEE-nº 14/73, ao fixar normas gerais para o ensino supletivo, em seu artigo 12, alínea "a", dispõe: "a) Cursos de Aprendizagem, de duração variável de um a quatro anos, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau e em complementação a esse ensino, destinados exclusivamente a uma formação profissional ou incluindo disciplinas de Educação Geral e, neste caso, equivalentes a ensino regular, habilitando a prosseguimento de estudos na série ulterior, correspondente, do ensino regular" (o grifo é nosso). Na alínea "b", a mesma Deliberação explicita: "b) Cursos de Aprendizagem intensivos que, além da formação profissional, ministrem Educação Geral equivalente à das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, restritos a concluintes da 4ª série desse grau de ensino". E, no Parágrafo Único do mencionado artigo 12: "Para que habilitem os concluintes ao prosseguimento de estudos a nível de 2º grau, os cursos previstos na alínea "b" deste artigo deverão ter, no mínimo, dois anos ou quatro semestres de duração e 2880 horas/aula e incluir atividades, áreas de estudos e disciplinas que os tornem equivalentes ao ensino regular" (o grifo é nosso).

2.4 O Parecer CEE-nº 720/73, acolhido pelo Pleno, aprovou o Regimento das Escolas SENAI e os planos de cursos de aprendizagem. Nestes, cada semestre corresponde a um "termo" com 100 dias letivos e, cada "termo", para fins de equivalência, corresponde a uma "série" do ensino regular.

PROCESSO CEE Nº 2510 e outros PARECER Nº 032/75
2738/74,2779/74,2972/74

2.5- O antigo "grau" - denominação que o SENAI vinha adotando para cada semestre letivo - correspondia a um "termo" atual.

2.6- O requerente realizou curso de aprendizagem com a duração de três "graus" ou, com a denominação adotada nos "planos de cursos" aprovados pelo CEE, de três "termos", ou ainda, de três "séries". Cada grau teve a duração de 850 horas/aula, excedendo, portanto, ao mínimo previsto no Parágrafo Único do artigo 12, Deliberação CEE nº 14/73, isto é, 720 horas (2880: 4 séries - 720 horas/aula, por série).

2.7- O elenco de matérias do currículo do curso que os interessados realizaram é equivalente ao previsto pela Resolução CFE nº 8/71.

2.8- Há vários pareceres deste Conselho favoráveis ao pedido de equivalência em cursos similares, já havendo, portanto, jurisprudência firmada a respeito.

II- CONCLUSÃO

À vista do exposto, votamos no sentido de que este Egrégio Conselho reconheça os estudos realizados por Gilberto Mendes (Processo CEE nº 2510/74), Paulo Silva de Aquino (Processo CEE nº 2738/74), Antonio Donizete Ferreira de Almeida (Processo CEE nº 2779/74) e Gerardo - Paraná Sanchez (Processo CEE nº 2972/74), no curso de aprendizagem ministrado na Escola SENAI "Nami Jafet", de Mogi das Cruzes, como equivalentes aos cumpridos na 7ª série, podendo, portanto, autorizar-se suas matrículas na 8ª série do ensino do 1º grau.

A escola que acolher a matrícula dos interessados deverá submetê-los a processo de adaptação em Geografia Geral, História Geral, caso tais disciplinas não constem do currículo da 8ª série, e em outras disciplinas em que tal processo seja considerado necessário.

São Paulo, 23 de Novembro de 1974.
a) Cons. João Baptista Salles da Silva
Relator.

PROCESSO CEE Nº 2510/74 e outros PARECER Nº 032/75

2738/74,2779/74,2972/74
III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DE ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, no uso de sua competência, deferia pela Deliberação de 09 de outubro de 1973, adota como seu Parecer, por deliberação aprovada na sessão hoje realizada, a conclusão de Voto do Nobre Conselheiro.

Presentes os Nobres Conselheiros: Eloysio Rodrigues da Silva, Henrique Gamba, João Baptista Salles da Silva, José Conceição Paixão, Maria da Imaculada Leme Monteiro, MParia de Lourdes M. Haidar e Therezinha Fram.

Sala das Sessões, em 27 de Novembro de 1974.
a) Cons. Maria de Lourdes Mariotto Haidar
Presidente.